



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR
52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

Excelentíssimo Senhor

LUIZ INACIO LULA DA SILVA

Presidente da República do Brasil

Senhor Presidente,

Nós, Povos Indígenas Macuxi, Wapichana, Wai Wai, Yanomami, Patamona, Yekuana, Sapará, Taurepang, Ingarikó, pertencentes às etnorregiões Alto Cauamé, Amajari, Baixo Cotingo, Murupu, Tabaio, Raposa, Serras, Serra da Lua, Surumu, Wai Wai e Yanomami, membros do Conselho Indígena de Roraima – CIR, com a participação das organizações indígenas Hutukara Associação Yanomami – HAY, Associação dos Povos Indígenas Wai Wai – APIW, Conselho do Povo Ingarikó – COPING, Associação dos Povos Indígenas da TI São Marcos – APTSM; Associação Wanassedume Ye'kuana, Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIRR, Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIRR, URIHI Associação Yanomami ; reunidos na 52ª Assembleia, com o tema **“PROTEÇÃO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE”**, no Centro Regional Lago Caracaranã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR, após ampla discussão, avaliação, questionamentos sobre a situação dos Povos Indígenas no Estado de Roraima, manifestamos nosso posicionamento e reivindicamos:

- Presidente LULA, queremos agradecer por aceitar nosso convite e ter vindo ao nosso território tradicional Raposa Serra do Sol, homologada durante o seu primeiro mandato como presidente da República, que representou uma das lutas mais emblemáticas pelo direito à terra. Aqui nessa assembleia colocamos nossa voz, para o Brasil e o mundo escutar.

GESTÃO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE E DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

1. Nossa luta pela defesa do território começou há mais de 1500 anos quando o não indígena pisou em nosso território, e continuamos lutando, por nossas terras com a determinação de poder viver nelas com liberdade e decidindo nossas prioridades. As nossas terras são necessárias para nossa



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

vida, para nossa cultura, costumes e tradições. São nelas que cultivamos nossas produções extremamente necessárias para nosso bem-estar coletivo e nossa sustentabilidade. Ao proteger nossos territórios, cuidamos do meio ambiente, das nossas futuras gerações e de toda a humanidade.

2. As práticas tradicionais de vigilância e monitoramento fazem parte da nossa cultura e da história dos povos indígenas em Roraima e são realizadas de acordo com a nossa organização social. Somos guardiões de 46% do território de Roraima, abrangendo 36 terras indígenas, com uma população estimada em mais de 70 mil pessoas. E para fortalecer a proteção de nossos territórios criamos o grupo de Proteção e Vigilância Territorial (GVTI) e Agente Territorial e Ambiental Indígena (ATAI). Temos também nossos regimentos internos comunitários e regionais que fortalecem e revelam a autonomia das comunidades indígenas e suas formas de resoluções de conflitos.
3. Requeremos o reconhecimento da categoria dos agentes de vigilância territorial (GPVTI) pelo governo Federal e apoio às nossas ações comunitárias de proteção territorial com recursos para estruturar nossas bases de monitoramento: Barro, Novo Paraíso, Urucuri, Tabatinga, Pedra Branca, Lilas, Willimon, Tuxaua Rari de Lima, Jacarezinho, Coqueirinho, na TI Raposa Serra do Sol; Boqueirão, TI Boqueirão; Wai Wai, TI Wai Wai; Moskow, TI Moskow; E equipar as bases de monitoramento na TI Yanomami.
4. A interpretação que nossos direitos têm um “Marco Temporal” é ir contra a própria Constituição Federal que diz que nossos direitos são originários. É negar a nossa existência. A construção desse país chamado Brasil foi à custa de nosso sangue. Nosso território foi retalhado, dividido e nossos ancestrais expulsos com violência. Por isso, pedimos articulação junto ao Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente para que o julgamento, suspenso em 2021, seja retomado com urgência, para evitar novo extermínio. O Poder Executivo pode também tomar decisões para superar o Marco Temporal, dentro de suas competências, como a revogação imediata do Parecer 001/2017 da Advocacia Geral de União – AGU, que determina para todos os órgãos do governo federal, de forma inconstitucional, adotar esse Marco Temporal como referência nos procedimentos administrativos, bem como o Parecer 763/2021 da AGU que impede o avanço dos procedimentos administrativos de demarcação até que o Marco Temporal seja julgado no STF;
5. Nossos territórios ainda estão com pendências na regularização, como por exemplo, a TI Arapuá, região do Alto Cauamé; TI Anzol, região Murupu e a TI dos nossos parentes isolados Pirititi, que tem pedido de reconhecimento e sequer iniciou o processo de identificação. É necessário que a

Chetor Diniz



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

Funai crie um Grupo de Trabalho para iniciar os trabalhos com urgência. Ainda, 23 pedidos de reestudo de área formalizados junto à Funai, porém, não se tem quaisquer respostas de providências ou alternativas: Pium, Anta, Barata-Livramento, Boqueirão, Mangueira, Sucuba e Raimundão (região do Taiano), Araçá, Aningal, Ponta da Serra, Cajueiro e Ananás (região do Amajari), Malacacheta, Jabuti, Canaunin, Tabalascada, Moscou, Muriru, Bom Jesus e Manoá-Pium (região da Serra da Lua), Serra da Moça e Truarú da Cabeceira (região do Murupu). Enquanto isso, conflitos e disputas sobre as terras se acirram, como o caso da TI Pium, região Tabaio, Truaru da cabeceira, região Murupu e Manoá/Pium, região Serra da Lua;

6. Exigimos que a Funai garanta recursos e a criação de Grupos de Trabalho para cada terra indígena com pedido de reestudo, conforme registrado no Sistema Indigenista de Informação (SII). São elas: Moskow, Bom Jesus, Cajueiro, Manoá-Pium, Malacacheta, Jabuti, Ouro, Tabalascada, Jacamim, Mangueira, Boqueirão, Pium, Barata-Livramento, Serra da Moça, Aningal, Truaru, Araçá, Muriru, Ponta da Serra, Raimundão, Sucuba, Canauanim e Anta;
7. Reivindicamos que a Funai, Polícia Federal e IBAMA possam monitorar e fiscalizar a situação em torno das terras indígenas que estão em iminência de invasão, como é o caso da TI Serra da Moça, TI Mangueira, com a proximidade acelerada da ocupação de fazendeiros nos limites da terra indígena, com expansão da plantação de soja;
8. Estamos preocupados com o processo de transferência das terras da União para o Estado de Roraima sem reconhecer o nosso direito à terra. Por isso, exigimos que o INCRA disponibilize ao CIR todo processo que envolve território indígena, e a FUNAI faça o levantamento das terras indígenas que serão impactadas e tome medidas para garantir a proteção dos povos indígenas;
9. Não aceitamos a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) na Cachoeira do Bem Querer no Rio Branco. Nós povos indígenas não fomos consultados para tal empreendimento e segundo que vem sendo previamente divulgado, 09 terras indígenas (Yanomami, Manoá-Pium, Tabalascada, Canoanim, Malacacheta, Jabuti, Moskow, São Marcos, Serra da Moça) terão impactos diretos e indiretos na vida socioambiental dos povos indígenas, assim como também aos ribeirinhos e pescadores.
10. A construção de uma usina hidrelétrica (UHE), na Cachoeira do Tamanduá, rio cotingo, conforme prevê o Projeto de Decreto Legislativo 2540/2006, acarretará prejuízos ao desenvolvimento físico, social, econômico e cultural dos povos indígenas, incentivará uma grande invasão de não-índios para dentro da T.I. Raposa Serra do Sol. Somos contra esse empreendimento queremos sim, que



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

investem em nosso projeto “Cruviana”, empreendimento de energia eólica que é viável em nossa região, além de outros benefícios as comunidades por não agredir o meio ambiente.

FISCALIZAÇÃO E RETIRADA DE INVASORES DOS NOSSOS TERRITÓRIOS

11. A TI Yanomami Ye'kwana enfrenta a maior invasão de toda história. O sangue Yanomami continua sangrando por causa dos impactos do garimpo ilegal. Os rios e florestas estão mortos, por causa do mercúrio. Tiraram nosso direito de viver com tranquilidade, destruíram nossas casas. Essas violências evidenciam que o estado brasileiro ainda é frágil e não aprendeu com erros do passado e continua matando os povos originários. É preciso cessar o genocídio em curso!
12. Com a força tarefa para retirada dos garimpeiros da TI Yanomami, outras terras indígenas estão sob risco de ataque e outras já foram invadidas como as terras indígenas, Raposa Serra do Sol, Araçá, Boqueirão, Wai-Wai, Trombetas Mapuera, Jacamim; essas atividades criminosas estão ameaçando e causando graves problemas, como a entrada de pessoas estranhas, poluição de rios, lagos e igarapés. É necessário que Funai, IBAMA e PF tomem medidas urgentes para fiscalizar essas áreas, é necessário criar um plano integrado de proteção das terras indígenas.
13. A retirada dos garimpeiros ilegais da Terra Indígena Yanomami deve ser prioridade e não mais pode ser adiada, e pedimos que Ministério da Justiça e Polícia Federal atue para responsabilizar os envolvidos, entres eles ex-presidente Bolsonaro e Governador de Roraima, Antônio Denarium, ambos têm apoiado os garimpeiros e incentivado as invasões. Somos contra a anistia dos garimpeiros. garimpo em terra indígena é crime.
14. Chegou ao conhecimento de nossa organização que a pista de pouso em Surucucu está em condições precárias, o que dificulta a chegada de material em grande escala para garantir o atendimento ao povo Yanomami. Por isso, é necessário que o governo priorize a reforma imediata dessa pista, bem como de outras pistas que sejam fundamentais para o atendimento à saúde dos povos Yanomami e Ye'kuana.
15. Somos contra a regularização da mineração dentro de nossos territórios porque isso inviabilizaria nossos projetos de vida e nosso direito de autodeterminação e usufruto exclusivo dos bens que existem em nossos territórios. Por isso, solicitamos que o Governo Federal retire o Projeto de Lei 191/2020, de autoria do governo anterior, e que atualmente circula dentro do Congresso Nacional com regime de urgência. E revogue todos os pedidos de pesquisa e lavra mineral que incidem sobre as terras indígenas.



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

16. O lixo da sede dos municípios de Pacaraima e Uiramutã estão sendo despejado nos rios e igarapés. Na região de Surumu o rio Miang está sendo poluído por causa do lixo ao céu aberto. Reivindicamos que IBAMA e Funai tomem providências;
17. Denunciamos que os não índios que foram indenizados estão retornando a TI Raposa Serra do Sol, por isso, solicitamos que Funai faça o levantamento dessas pessoas, e tome medidas para retiradas com máxima urgência, principalmente na comunidade Surumu, Água fria e Mutum;
18. As BRs que atravessam nossas terras indígenas, Raposa Serra do Sol e Araça estão sem segurança. Constatamos os riscos aos moradores e aos nossos animais, por isso, é necessário a construção de cercas e sinalizações;
19. Que o Ministério dos Povos Indígenas garanta a FUNAI recursos e conforme nossa realidade para que os funcionários e coordenações regionais tenham condições de exercer suas atividades nas terras indígenas.
20. Que o Ministério dos Povos Indígenas em parceria com Ministério da Saúde, realizem estudos para identificar os impactos do garimpo nos rios, nos peixes e na população indígena

BEM VIVER E SUSTENTABILIDADE

21. A obrigação do Estado brasileiro não acaba com a demarcação realizada ou homologação efetivada, este reconhecimento apenas inicia uma nova fase para a vida dos povos indígenas. Todas 32 terras indígenas em Roraima tem o Plano de vida e 8 que foram implementados. No entanto, é necessário ter investimentos efetivos para garantir que a sustentabilidade esteja de acordo com a organização social, usos e costumes, e que de fato cheguem às comunidades indígenas as políticas públicas. É nos Planos de Gestão (PGTA) que discutimos, avaliamos e deliberamos nossas escolhas para o futuro de nossas comunidades e nossas formas de proteção e produção em nossos territórios.
22. Avancamos na produção de alimentos, criação de gado que somam mais de 70 mil animais, temos nossas sementes tradicionais, iniciamos a discussão sobre o etno turismo, anualmente realizamos nossas feiras e comercializamos nossos produtos. Mas precisamos avançar. Por isso demandamos uma linha de crédito específico para fomentar nossas produções. É importante garantir orçamento para implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI). Precisamos de incentivos para a geração de renda do nosso jeito, um desenvolvimento que seja pensado, decidido, feito e com retorno para nós, povos indígenas. Precisamos apoio para construir os centros estaduais de comercialização de nossos produtos e apoio para a comercialização em nossos centros regionais;



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

23. Temos o Projeto Cruviana, em implantação na Raposa Serra do Sol e dois projetos em vias de estudo sendo realizado nas regiões de Amajari, São Marcos e Surumu, para produção de energia elétrica eólica pelas comunidades e para as comunidades. É uma iniciativa menos degradante que possibilitará o fortalecimento de nossa sustentabilidade. Por isso Requeremos parceria com governo Federal para apoiar e financiar os projetos de geração de energia renováveis, principalmente a expansão do projeto Cruviana, na região Serras, TI Raposa Serra do Sol;
24. Nossos Protocolos de Consulta devem ser reconhecidos e respeitados nos processos de consulta sempre que o governo for adotar qualquer medida administrativa ou legislativa que afete nossas vidas e nosso território. O direito à consulta livre, prévia e informada está ligado ao nosso direito a autonomia e autodeterminação. O governo não pode mais escolher o modelo de desenvolvimento para os povos indígenas. Nós devemos participar na construção desses projetos e se não concordarmos com a implementação de alguma medida, nossa decisão deve ser respeitada.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E SAÚDE

25. Nossa educação escolar indígena merece atenção cuidadosa do Ministério da Educação e Cultura. Requeremos a Criação de uma Secretaria de Educação Escolar Indígena, com garantia do direito à participação dos povos indígenas em instâncias de controle, fiscalização e deliberação sobre esta política, para as articulações entre os governos estaduais, municipais e o governo federal para promoção de uma educação escolar indígena culturalmente adequada, que promova o ensino e aprendizagem de nossas línguas maternas, respeite nossa cultura, tenha alimentação saudável e culturalmente adequada, com profissionais indígenas capacitados e reconhecidos pelas comunidades. Lembramos que a grande parte das escolas indígenas do Estado de Roraima foram construídas pelas nossas próprias lideranças.
26. Temos nosso Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, reconhecido como escola indígena de nível médio em agropecuária desde 1996. Precisamos seguir avançando. Por isso, requeremos que o Centro passe a funcionar como Unidade federal de Ensino, com possibilidade de oferecer Cursos de formação técnica e de Ensino Superior, e que seja reformado e reconstruído. O Centro foi queimado em 2005 por rizicultores contra a demarcação da Raposa Serra do Sol. É de extrema importância que o Governo Federal reconheça o Centro de Formação e apoie seu fortalecimento.



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

27. O Governo Federal deve ter um olhar especial aos acadêmicos indígenas nas Unidades de Superior, como IFERR e UFRR, por isso, demandamos políticas afirmativas, como aumento do valor da Bolsa permanência, além de outros programas.
28. Denunciamos que as novas contratações de transporte provocaram uma enorme redução das horas de voo e da capacidade de atendimento, deixando as famílias e comunidades desassistidas. Vemos a falta de medicamentos das unidades básicas de saúde. Temos necessidade de cursos de capacitação para os agentes indígenas de saúde. Temos enorme preocupação em relação aos poços de água, tanto a perfuração de novos poços quanto o da atenção para evitar a contaminação de nossas fontes de água potável. Denunciamos a ausência de atendimento diferenciado com intérpretes, alas específicas e alimentação especial para indígenas que necessitem de internação nos hospitais, e o abandono da CASAI.
29. A SESAI é uma conquista do movimento indígena do Brasil por uma saúde que atenda nossa realidade e sem ingerência política. Por isso, desde já pedimos a nomeação do SR. ZELANDES PATAMONA para a Coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena Leste - DSEI Leste.
30. Que seja destinado recursos para as horas de voo para atender as comunidades de Santa Maria, Travessão, Pacu, Vizela, Barro, Ubaru, Cumanã, Nova Vitória, Santa Isabel, Pedreira na TI Raposa Serra do Sol;
31. Que o Ministério da Saúde destine recursos para construção dos hospitais Bom Samaritano na TI Barata e São Camilo, na TI Raposa Serra do Sol;
32. Que o Governo Federal estude a viabilidade de construção de um hospital indígena;
33. Que a política de implementação e valorização da medicina tradicional seja realmente efetivada com recursos, da mesma a implantação das farmácias vivas nas regiões;
34. Que o Governo Federal garanta recursos para aumentar a frota de veículos para atender os polos de saúde e a compra de ambulância para atender as regiões, ou viabilizar parceria com estado e município;
35. Que o Governo Federal construa prédios para a sede do Distrito Leste de Roraima e para Funai em Roraima;

Por fim, reafirmamos nosso compromisso junto a todos os povos indígenas do Brasil na luta pela demarcação e homologação de nossos territórios. Manifestamos nossa solidariedade e aliança com aquelas comunidades que permanecem em luta pela demarcação e homologação de seus territórios, com aqueles que enfrentam a violência das invasões em suas terras, ameaças e



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

assassinatos e com os povos que vivem em situação de isolamento voluntário. Exigimos ao novo Governo Federal que retome imediatamente, sem demoras, a política de demarcação e proteção territorial até que todas as terras indígenas do Brasil estejam reconhecidas, livres e seus povos vivendo em paz conforme suas formas próprias de organização social e cultural. Por isso, estaremos mobilizados em âmbito nacional no Acampamento Terra Livre em Brasília e em Roraima no mês de abril. E desde já solicitamos audiência com os Ministros de Estado.

Atenciosamente,

As lideranças Indígenas,

Centro Regional Lago Caracaranã, TI Raposa Serra do Sol/RR, 13 de março de 2023

Franquinar Ribeiro Paulino

Gláucio Ambrósio

Julio Vieira

Antonio Carlos da Silva

AVELINO DUARTE

Graciele Gomes dos Santos

Fernando Lima Macuxi

Marcos Pereira

Secilene Sales Edmar Ingarico

Walter de Oliveira

Alexsandro Carlos dos Reis

Valdelia da Silva Pente

Dagoberto dos Santos

Paula Teixeira Braga

Teronica Paula Miguel Camilo

Valerio Eurico da Silva

Roxângela Magalhães Lima

Miguel Wepaxinaia